

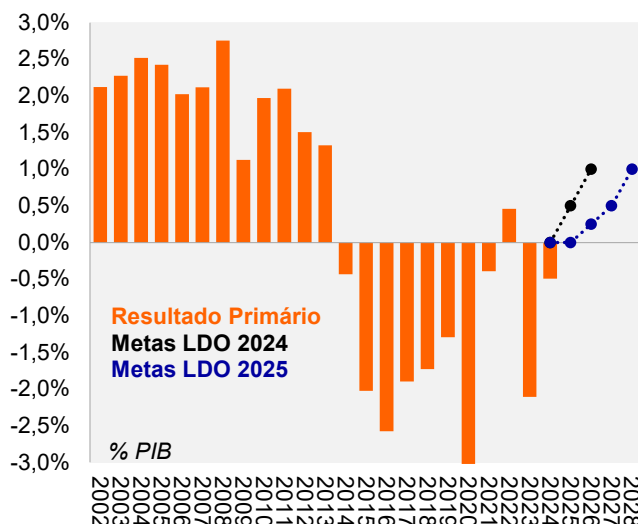
8 de abril de 2025

O envio do PLDO 2026 e as mudanças do Congresso na proposta de isenção do IR

- ▶ Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 será enviado até o dia 15 de abril e deve reafirmar a meta de superávit primário de 0,25% do PIB para o ano que vem.
- ▶ Propostas alternativas para modificar o projeto de isenção do IR começam a surgir na Câmara e discussões devem se intensificar em abril. Mudanças na forma de compensação serão o maior ponto de debate.
- ▶ Outras propostas que tomarão conta do mês são i) Comitê Gestor da Reforma Tributária e indicação de membros; ii) Gás para Todos; iii) Sanção do Orçamento 2025.

No lado fiscal, o principal destaque do mês será o envio do PLDO de 2026 até o dia 15 e a expectativa é de manutenção da meta de resultado primário de 0,25% do PIB para o ano que vem. Em abril de 2024, a redução da meta de resultado primário dos anos subsequentes (2025 de 0,5% para 0,0% e 2026 de 1,0% para 0,25%) gerou significativa deterioração das condições financeiras e aumento da percepção de risco fiscal, sinalizando uma estabilização mais longínqua da dívida. Neste mês, esperamos que o governo não postergue novamente a trajetória de consolidação fiscal e reafirme as metas estabelecidas no ano passado (2026 0,25%, 2027 0,5% e 2028 1,0%). Vale ressaltar que a meta para 2026 exclui 0,4% do PIB em pagamento de precatórios, conforme acordo no STF.

Resultado primário do Governo Central

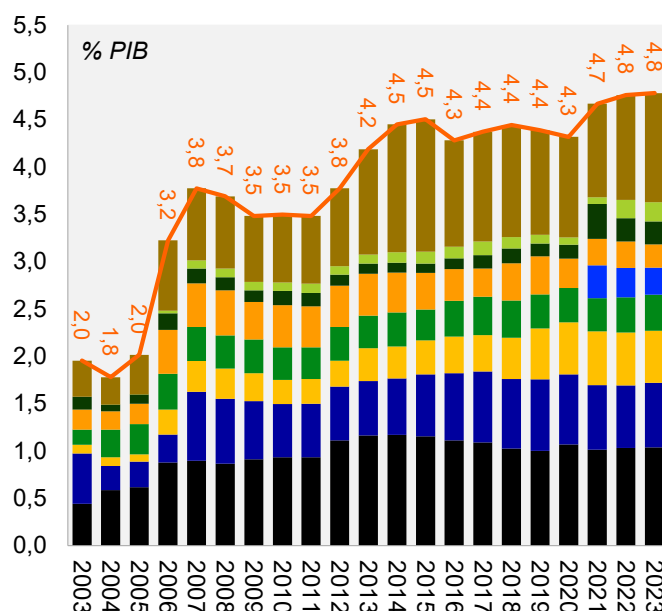


No Congresso, as duas principais pautas em discussão são a Isenção do IR (PL 1087/25) e o Comitê Gestor da Reforma Tributária (PLP 108/24). O primeiro foi recepcionado no mês passado e o segundo vem de uma pausa nas tratativas, retomadas no fim de março.

A proposta de isenção do Imposto de Renda para Pessoa Física deve ser aprovada apenas no segundo semestre, mas deve sofrer alterações, principalmente no formato das compensações. As discussões incluem i) aumento da faixa de progressão da isenção de entre R\$ 5 a 7 mil; ii) aumento da renda mínima anual de R\$ 600 mil para cobrança de imposto mínimo; iii) retirar (ao menos parcialmente) dividendos do cálculo para atingir o imposto mínimo; iv) incluir revisão de gastos tributários como compensação ou parte da compensação; v) compensação da União de eventuais perdas em nível estadual e municipal. A atual proposta tem custo bruto estimado em torno de R\$ 40 bilhões (0,35% do PIB).

A revisão dos gastos tributários é uma alternativa, apesar da dificuldade histórica de avanço nessa pauta. A redução possivelmente não seria algo linear ou genérico, mas específica sobre determinados setores. Outras medidas compensatórias apoiadas pelo Governo, como alteração no JCP e na CSLL, tendem a ter resistência no Congresso Nacional. Já a compensação da União para os entes federados é preocupação principalmente do Senado Federal.

Benefícios Tributários

**Benefícios Tributários****SIMPLES Nacional****IRPF - Isentos, NT e Deduções****Agro****Entidades Sem Fins Lucrativos****Combustíveis****ZFM e Áreas de Livre Comércio****Desenvolvimento Regional****Poupança e Títulos de Crédito****Outros**

Entendemos que o atual desenho da proposta traz as devidas compensações e sem descasamento de caixa em 2026 e 2027. O risco a proposta ser diluída a ponto de gerar uma compensação enganosa ou insuficiente – ou mesmo aumente a renúncia de receita da União, agravando o cenário frágil das contas fiscais.

Já o Comitê Gestor da Reforma Tributária caminha para aprovação ainda no primeiro semestre. A proposta foi aprovada na Câmara, mas sofrerá alterações no Senado, principalmente nas questões para soluções de conflito no contencioso, estruturação das diretorias, contratações e quais matérias podem ser decididas diretamente pela diretoria do Comitê e quais precisam ir à votação. A aprovação das matérias no Comitê Gestor segue o indicado pela Emenda Constitucional com maioria de entes e de população e maioria dos votos dos representantes municipais, tudo cumulativo. Os Estados irão indicar os membros até 26 de abril, enquanto municípios têm até 16 de maio, data limite para formação do Comitê Gestor provisório, com duração de 1 ano.

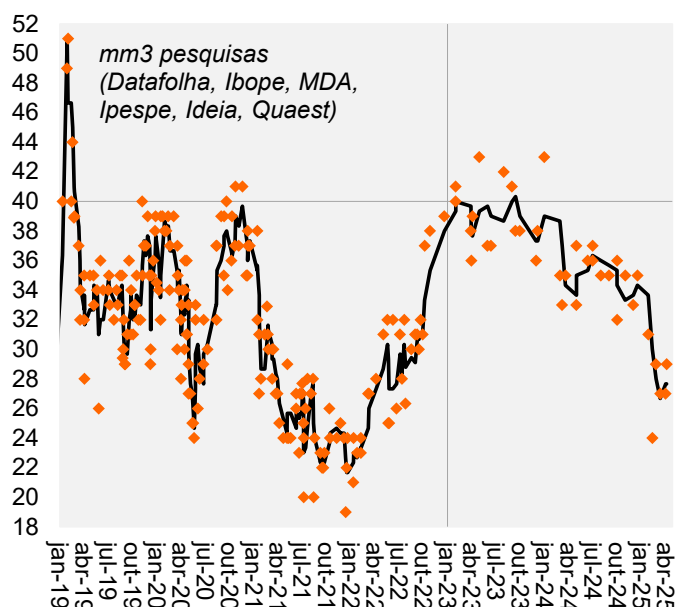
Neste mês de abril o governo deve encaminhar ao Congresso a proposta do novo Vale-Gás. As discussões seguem travadas, mas com o orçamento de R\$ 3,6 bilhões confirmado pela LOA, as incertezas fiscais diminuíram e a dúvida segue apenas no modelo proposto. Para caber no orçamento, governo deve criar critérios e diferenciar a quantidade de benefícios por ano com base nas pessoas de uma família. No Congresso, a medida tende a ser aprovada.

Judiciário

No dia 10 de abril, o Supremo Tribunal Federal julga um recurso da decisão que derrubou a Revisão da Vida Toda, que tem impacto de quase R\$ 500 bilhões. Apesar do recurso, a chance de reversão da decisão já tomada, mesmo que em parte, é baixa.

No último mês, pesquisas de opinião continuaram a mostrar menores níveis de aprovação do governo, com média das últimas 3 pesquisas indicando 28% de ótimo ou bom. À frente, será importante monitorar o impacto na aprovação de medidas anunciadas recentemente e os próximos passos do governo.

Aprovação do governo (Ótimo + Bom %)



Principais eventos do legislativo, do executivo e do judiciário federal

Tema	Detalhamento	Impacto	Considerado no cenário
Envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026	Definição da meta de resultado primário de 2026 e indicativo para 2027 e 2028.	Expectativa de manutenção da meta em 0,25% do PIB.	Não se aplica
Mudanças na proposta de Isenção do IR (PL 1087/25)	Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e a compensação com tributação mínima para quem recebe a partir de R\$ 600 mil por ano. Congresso pode ampliar a faixa, incluir gastos tributários como compensação e mexer em compensação para Estados e Municípios.	Custo de R\$ 40 bilhões e Compensação de R\$ 44 bilhões.	Sim, com compensação parcial
Gás para Todos (Vale-gás)	Governo estuda modelos na compra do Gás por pessoas que atendam determinados requisitos.	R\$ 3,6 bilhões (R\$ 600 milhões já usados)	Sim
Comitê Gestor da Reforma Tributária (PLP 108/24)	Proposta, que trata sobre o Comitê Gestor e solução de conflitos, volta a ser discutida no Senado, com tendência de aprovação ainda no primeiro semestre. Indicações para o Comitê Gestor já começam neste mês.	Não se aplica	Não se aplica

Emmanuel Macedo
Thales Guimarães
Luiz Cherman

Pesquisa macroeconômica – Itaú

Mario Mesquita – Economista-Chefe

Para acessar nossas publicações e projeções visite nosso site:

<https://www.itaubba-pt/analises-economicas>



A Pesquisa Extel | Institutional Investor 2025 já começou. Contamos com sua participação e apoio! [Link para a votação.](#)

Informações Relevantes

1. Este relatório foi desenvolvido e publicado pelo Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"). Este relatório não é um produto do Departamento de Análise de Ações do Itaú Unibanco ou da Itaú Corretora de Valores S.A. e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM n.º 20, de 2021.
2. Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra e/ou venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra e/ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que o relatório foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. Entretanto, o Itaú Unibanco não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. O Itaú Unibanco não possui qualquer obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e informar o respectivo leitor.
3. As opiniões expressas neste relatório refletem única e exclusivamente as visões e opiniões pessoais do analista responsável pelo conteúdo deste material na data de sua divulgação e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao Itaú Unibanco, à Itaú Corretora de Valores S.A. e demais empresas do grupo econômico do Itaú Unibanco.
4. Este relatório não pode ser reproduzido ou redistribuído para qualquer outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento por escrito do Itaú Unibanco. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros discutidos neste relatório encontram-se disponíveis mediante solicitação. O Itaú Unibanco e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza e tampouco se responsabilizará por quaisquer decisões, de investimento ou e outra, que forem tomadas com base nos dados aqui divulgados.

Observação Adicional: Este material não leva em consideração os objetivos, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer cliente em particular. Os clientes precisam obter aconselhamento financeiro, legal, contábil, econômico, de crédito e de mercado individualmente, com base em seus objetivos e características pessoais antes de tomar qualquer decisão fundamentada na informação aqui contida. Ao acessar este material, você declara e confirma que compreende os riscos relativos aos mercados abordados neste relatório e às leis em sua jurisdição referentes a provisão e venda de produtos de serviço financeiro. Você reconhece que este material contém informações proprietárias e concorda em manter esta informação somente para seu uso exclusivo.

SAC Itaú: Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com o SAC Itaú: 0800 728 0728. Ou entre em contato através do nosso portal <https://www.itaubba-pt/atendimento-itaubba-para-voce/>. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722.